

LÓGICA FORMAL, TRANSCENDENTAL E ESPECULATIVA

FORMAL, TRANSCENDENTAL AND SPECULATIVE LOGIC

MICHELA BORDIGNON¹

Resumo: Este artigo visa esclarecer a relação entre a lógica formal e a lógica especulativa. Esta relação é tal que entre os dois tipos de lógica há um desenvolvimento interno na direção de uma única noção, ou seja, a de forma lógica. Tomarei como ponto de partida a análise da lógica de Wolff e mostrarei que esta é já uma lógica que vai além do sentido meramente formalista dessa disciplina, na medida em que está já voltada para a objetividade. Na viragem transcendental kantiana há, por sua vez, uma tentativa de passar das determinações conceituais abstratas para o desenvolvimento de determinações orientadas para os objetos de conhecimento e, assim, para o conteúdo do próprio conhecimento. Finalmente, o projeto lógico hegeliano é tal que não implica a saída das malhas da rede conceitual da lógica formal e transcendental, mas a investigação dessas malhas de modo a delinear a estrutura interna de cada um dos nós da rede. Mais especificamente, Hegel pretende desenvolver uma noção de forma lógica que não mais é limitada e dependente de um conteúdo externo a ela, porque é uma forma absoluta, ou seja, uma forma capaz de gerar o seu próprio conteúdo através do desenvolvimento da sua dialética imanente.

Palavras-Chave: Wolff, Kant, Hegel, Lógica, Lógica geral, Lógica transcendental, Lógica dialética

* Investigadora na Università degli Studi di Padova; email: michelabordignon81@yahoo.it

Neste artigo apresento parte dos resultados da pesquisa sobre a lógica hegeliana que realizei no 2014-5 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com o grupo de pesquisa do Prof. Agemir Bavaresco, a quem aqui quero agradecer. A tradução portuguesa da *Ciência da lógica* que utilizo neste artigo é a que está sendo realizada pelo grupo de tradutores da PUCRS, coordenado pelo Prof. Christian Iber, a quem também quero agradecer. Este artigo é uma versão ampliada do artigo *Logica* a publicar em Luca Illetterati e Paolo Giuspoli (coords.), *La filosofia classica tedesca. Parole Chiave* (Roma: Carocci, 2016), 123-146.

Abstract: This article aims at exploring and making explicit the relationship between formal and speculative logic. This relationship is built on an internal development of the notion of “logical form”. Firstly, I will take into account Wolff’s logic. I will show that Wolff’s logic is already a logic that goes beyond the formalistic way in which this discipline is usually conceived. In fact, Wolff conceives of logic as a discipline that concerns “objectivity”. Secondly, I will show that the transcendental step taken by Kant consists in a shift from an abstract conception of the conceptual logical determinations to a theory that understands logical determinations as oriented to the objects of knowledge, that is to say, to the content of knowledge itself. Thirdly, I will show that Hegel’s logical project is not that far from the conceptual network proper to both formal and transcendental logic, since it is an investigation of this very network, that is to say, it is meant to explain the internal structure of each of its knots. More specifically, I will show that Hegel’s aim is to develop a notion of “logical form” that is no more limited by (and dependent on) an external content: for it is an absolute form, that is to say a form that is able to produce its own content through the development of its inner dialectical movement.

Keywords: Wolff, Kant, Hegel, General Logic, Transcendental Logic, Dialectical Logic

Riassunto: In questo articolo cercherò di mettere in luce la relazione tra logica formale e logica speculativa. Questa relazione è tale per cui tra i due tipi di logica c’è uno sviluppo interno nella direzione di un’unica nozione, vale a dire, quella di forma logica. Prenderò le mosse dall’analisi della logica di Wolff e mostrerò che essa è già una logica che va al di là della concezione meramente formalista di questa disciplina. Infatti, quella wolffiana è una logica già orientata verso l’oggettività. Con la svolta trascendentale kantiana c’è un tentativo di passare dalle astratte determinazioni concettuali allo sviluppo di determinazioni orientate agli oggetti della conoscenza e, in questo modo, al contenuto della conoscenza stessa. Infine, il progetto logico hegeliano è tale per cui non implica una via d’uscita dalle maglie della rete concettuale della logica formale e trascendentale, ma un’indagine delle maglie di questa stessa rete, al fine di delineare la struttura interna di ogni suo nodo. Più specificamente, Hegel intende sviluppare una nozione di forma logica che non è più limitata e dipendente da un contenuto esterno ad essa, perché è una forma assoluta, ovvero, una forma capace di generare il suo proprio contenuto attraverso lo sviluppo della sua dialettica interna.

Parole chiave: Wolff, Kant, Hegel, Logica, Logica generale, Logica trascendentale, Logica dialettica.

1. Introdução

Na introdução à *Ciência da Lógica*, Hegel enfatiza a necessidade de promover uma revolução na maneira de entender a lógica. Respondendo à afirmação kantiana de que «é digno de nota que [a lógica formal] não tenha até hoje progredido, parecendo, por conseguinte, acabada e perfeita»², Hegel escreve que «se a lógica, desde Aristóteles, não sofreu nenhuma alteração [...] então tem de se concluir, antes, que ela necessita de uma total reelaboração»³.

A reelaboração total da lógica, na visão de Hegel, tem como base uma rearticulação da noção de pensamento, que perde o caráter de pensamento puramente formal para se tornar um pensamento propriamente objetivo, isto é, capaz de tornar acessíveis as estruturas objetivas da realidade. Esta rearticulação parece implicar uma transformação completa no modo de entender a lógica, de tal modo que se torna difícil entender em que sentido a lógica formal e a lógica especulativa constituem ainda uma única disciplina, definida, precisamente, como lógica.

A maioria dos intérpretes hegelianos, por um lado, e a maioria dos estudiosos da lógica formal, por outro, são de opinião de que a lógica hegeliana não tem nada a ver com o que normalmente chamamos de lógica: os hegelianos normalmente acusam os lógicos formais de ter uma visão meramente formalística da lógica; os lógicos formais vêm na concepção hegeliana da lógica um simples retorno às posições metafísicas, que não lhe permitem ter qualquer papel significativo no debate atual sobre esta disciplina.

O que vou tentar trazer à luz, no entanto, é a linha de continuidade que une a lógica formal e a lógica especulativa. Esta continuidade é tal que entre os dois tipos de lógica não há uma ruptura completa, mas sim um desenvolvimento interno na direção de uma única noção, ou seja, a de forma lógica.

Esta rearticulação exige repensar a relação entre pensamento e linguagem, por um lado, e entre o pensamento e a realidade, por outro.

O primeiro nível, o mais abstrato no qual a lógica opera, é um nível puramente formal. O objetivo da lógica formal é estabelecer os critérios para determinar quando as argumentações são válidas e quando não o são.

² I. Kant, *Kritik der reinen Vernunft* (Riga: Harknoch, (A:) 1781, (B:) Zweite, hin und wieder verbesserte Auflage 1787) (doravante *KrV*), B VIII; trad. de Alexandre Fradique Morujão (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985).

³ G.W.F. Hegel, *Wissenschaft der Logik*, erster Band, *Die Objektive Logik*, erstes Buch: *Das Sein* (1832), in *Gesammelte Werke, In Verbindung mit der Deutschen Forschungsgemeinschaft* hrsg. von der Nordrhein-Westfälischen (1968-95: Rheinisch-Westfälischen) Akademie der Wissenschaften (Hamburg: Meiner, 1968 ss.) (doravante *GW*), XXI, hrsg. Friedrich Hogemann e Walter Jaeschke (Hamburg: Meiner 1985) (doravante *WdL I*), 35.

Estes critérios são independentes do conteúdo das argumentações e das suas relações com a realidade objetiva. A forma lógica com que a lógica formal trabalha é, portanto, uma forma completamente abstrata, o que não significa, porém, que esta forma abstrata não tenha nada a ver com a realidade. A lógica formal deriva as formas lógicas com as quais trabalha abstraíndo-as da linguagem natural, que é a linguagem constitutivamente imersa na realidade concreta. As puras formas lógicas derivadas deste trabalho de abstração, no entanto, constituem uma espécie de rede inferencial que é explorada pela lógica formal, independentemente do plano da realidade a partir do qual é derivada. A pura forma da lógica formal é um tipo de rede derivado a partir do nível da linguagem corrente e, portanto, da realidade com que a linguagem se relaciona. Contudo, a lógica formal avalia simplesmente as relações entre os diferentes nós da rede – a validade das argumentações – e não considera a sua relação com a realidade objetiva – a verdade. Em outras palavras, considera a relação entre as argumentações e as proposições que as compõem, e não o que estas têm por objeto, o seu conteúdo.

É precisamente a questão da verdade que está em jogo no desenvolvimento da noção de lógica na filosofia clássica alemã. O primeiro ator dessa mudança não é, no entanto, Kant, que se move dentro de um quadro conceitual – o da tradição da filosofia wolffiana – onde o estudo da lógica está já necessariamente implicado com a questão da verdade.

Portanto, para destacar o desenvolvimento interno do conceito de lógica na filosofia clássica alemã, tomarei como ponto de partida a análise da lógica de Wolff. A partir de uma breve reflexão sobre a lógica wolffiana passarei, em seguida, para a lógica transcendental de Kant e, enfim, para a revolução que a lógica especulativa de Hegel representa em relação à ordinária concepção formalista da lógica⁴.

2. Christian Wolff. Lógica, verdade e sistema

Wolff põe no centro da sua reflexão sobre a lógica a questão da verdade. No primeiro parágrafo do *Discurso preliminar sobre a filosofia*, bem no início da lógica alemã, Wolff define filosofia como a ciência de todas as coisas possíveis⁵. Portanto, o que o filósofo tem a fazer é explicar como essa possi-

⁴ Não considerarei todas as perspectivas filosóficas sobre a lógica dentro da filosofia clássica alemã, focando-me, por uma questão de clareza, na concepção da lógica de Wolff, de Kant e de Hegel.

⁵ Cfr. Christian Wolff, *Vernünftige Gedanken. Von den Kräften des menschlichen Verstandes und ihrem richtigen Gebrauche in Erkenntnis der Wahrheit*, in *Gesammelte Werke*, Abt. I, Band 1, hrsg. Hans Werner Arndt (Hildesheim: Olms, 1965), 115.

bilidade se constitui e o que ela implica. Mais adiante no texto caracteriza a lógica da forma seguinte:

Se refletirmos sobre nós mesmos, estamos convencidos de que existe em nós uma faculdade de pensar o que é possível, faculdade a que chamamos intelecto. No entanto, não se torna de imediato óbvio para todos até onde se estende esta faculdade e como devemos utilizá-la, tanto para reconhecer através da sua reflexão a verdade que está escondida para nós, quanto para julgar racionalmente a verdade descoberta por outros. Portanto, para saber se temos ou não as aptidões para a filosofia, devemos, como primeira tarefa, aprender a conhecer as forças do intelecto humano e o seu uso adequado no conhecimento da verdade. A parte da filosofia em que isso é mostrado chama-se lógica, a arte da razão (*Vernunft-Kunst*) ou também doutrina da razão (*Vernunft-Lehre*)⁶.

A tarefa da lógica é explorar as capacidades cognitivas humanas e a forma adequada de as utilizar no conhecimento da verdade. A análise da lógica, portanto, tem como objetivo a determinação dos critérios pelos quais o entendimento deve proceder na sua tentativa de descobrir a verdade, seja esta entendida como uma verdade ainda desconhecida ou como avaliação de uma verdade já conhecida.

Assim, a análise das forças do entendimento humano tem a ver com a maneira como a lógica é tradicionalmente compreendida, mas põe em jogo também mais do que isso. A investigação dessas forças, de fato, tem a ver não só e não tanto com a validade das argumentações, mas também com o caminho que o entendimento humano tem que percorrer na tentativa de compreender a verdade⁷. Já com Wolff, então, vamos além de uma concepção

⁶ «Wenn wir auf uns selbst acht haben; so werden wir überführen, es sey in uns ein Vermögen zu gedencken, was möglich ist, welches wir den Verstand zu nennen pflegen. Allein, wie weit sich dieses Vermögen erstreckt, und wie man sich desselben bedienen müsse, so wohl durch eigenes Nachsinnen die uns Verborgene Wahrheit zu erkennen, als die von andern an das Licht gestellte vernünftig zu beurtheilen, fällt nicht gleich einem jeden in die Augen. Derowegen damit wir wissen, ob wir zu der Weltweisheit geschickt sind, oder nicht; soll dieses unsere erste Arbeit seyn, dass wir die Kräfte des menschlichen Verstandes und ihren rechten Gebrauch in Erkänntniss der Wahrheit erkennen lernen. Der Theil der Welt-Weisheit, darinnen dieses gezeiget wird, heisset die Logick, oder Vernunft-Kunst, oder auch Vernunft-Lehre» (Wolff, *Vernünftige Gedanken*, 117-118).

⁷ Na lógica wolffiana, torna-se evidente a importância da herança da tradição da *Schullogik* protestante, na qual o objetivo da lógica vai bem além da individualização dos critérios de validade das inferências lógicas: «a lógica não deveria servir apenas para classificar em distinções conceituais formais os conhecimentos já alcançados ou para verificar a validade formal deles, mas deveria também servir para a compreensão teórica do processo de conhecimento na descoberta de verdades novas, ainda desconhecidas, e desenvolver o mais possível regras que sejam úteis na descoberta de “veritatis incognitas”» (Hans Werner Arndt, “Einführung des Herausgebers”, in: Wolff, *Vernünftige Gedanken*, 35).

puramente formalista da lógica⁸.

Em primeiro lugar, se se considera a estrutura geral da lógica de Wolff, por exemplo, na lógica alemã, há uma investigação estritamente teórica, que inclui a doutrina do conceito, do juízo e do silogismo, mas o autor adiciona também uma parte prática, que é dividida em três seções: a primeira é dedicada à descoberta da verdade (cap. 5-6), a segunda à avaliação da verdade (cap. 7-12), e a última seção à defesa da verdade (cap. 13-15)⁹. A relevância desta segunda parte destaca-se, em particular, se se considera que ela não constitui simplesmente uma discussão de caráter adicional com respeito à primeira parte, mas está relacionada com ela de forma sistemática, tanto que as suas três seções estão diretamente ligadas às três seções da parte teórica.

Em segundo lugar, considere-se a distinção wolffiana entre lógica natural e lógica artificial. A primeira é definida como o conjunto de «regras prescritas por Deus ao entendimento, e a natural capacidade de agir conforme a elas»; a segunda corresponde, por sua vez, à clarificação e desenvolvimento da lógica natural, que «explica as regras da lógica natural e ensina a transformar em

⁸ Neste artigo, não podendo analisar os detalhes da lógica de Wolff, focar-me-ei no caráter não simplesmente formalístico dessa lógica. Para uma análise mais detalhada da lógica de Wolff, cfr. Arndt, “Einführung des Herausgebers”, 7-102; Max Wundt, *Die deutsche Schulphilosophie im Zeitalter der Aufklärung* (Hildesheim: Georg Olms, 1964), 122-198; Francesco Barone, *Logica formale e logica trascendentale* (Torino: Edizioni di filosofia, 1957), 86-99; Massimo Mugnai, “Aspetti della tradizione logica in Germania dopo Leibniz”, in: *L’età dei lumi. Saggi sulla cultura settecentesca*, org. Antonio Santucci (Bologna: Il Mulino, 1998), 25-38; Wilhelm Risse, *Die Logik der Neuzeit*, Vol. 2 (Stuttgart: Frommann, 1970), 579-659; Juan Ignacio Gomez Tutor, *Die Wissenschaftliche Methode bei C. Wolff*, (Hildesheim: Olms, 2004); Jürgen Stolzenberg, Oliver-Pierre Rudolph (hrsg.), *Christian Wolff und die europäische Aufklärung. Akten des 1. Internationalen Christian-Wolff-Kongresses, Halle (Saale), 4.-8. April 2004*, 5, Teil 2, Sektion 2: *Logik* (Hildesheim: Olms, 2007), 113-233.

⁹ O caráter não apenas teórico, mas também prático, da lógica de Wolff é evidente se considerarmos o que ele diz, por exemplo, no prefácio de sua lógica latina: «Duas são as coisas que são desejadas em toda a filosofia. Falta-lhe aquela evidência que por si mesma gera o assentimento certo e inamovível, e as coisas que são ensinadas nela não correspondem ao uso da vida. A razão de ambas é a mesma: estão ausentes as noções e as proposições determinadas, sem as quais, no entanto, as coisas afirmadas não podem ser suficientemente compreendidas, nem suficientemente provadas, nem aplicadas habilmente aos casos óbvios da vida. Portanto, a fim de tornar a filosofia útil para a humanidade, tomei a decisão de não admitir outra coisa **senão o que seja explicado e provado suficientemente**, de reduzir os nomes das noções confusas àquelas distintas, do significado vago ao significado fixo, e de estabelecer aquelas proposições determinadas que até agora os filósofos não conheceram» (Christian Wolff, *Philosophia rationalis sive logica*, hrsg. Jean École (Hildesheim: Olms, 1983), 11).

hábito a capacidade natural»¹⁰. A lógica natural poderia ser vista quase como uma lógica de primeiro grau, correspondente àquelas estruturas e procedimentos que o entendimento utiliza espontaneamente na sua maneira ordinária de entender as coisas. A lógica artificial, por outro lado, poderia ser considerada como uma lógica de segundo grau, que é o conjunto de estruturas e procedimentos já presentes implicitamente na forma natural com o qual o entendimento trabalha. A essas estruturas e procedimentos chegamos através da abstração que toma como ponto de partida o plano imediato com o qual o entendimento trabalha, que se expressa na linguagem comum¹¹. Este trabalho de abstração tem como objetivo a explicitação destas estruturas lógicas puras, seu uso apropriado e a forma como elas entram numa relação sistemática.

A análise de Wolff não se limita à estruturação da rede conceitual que tem os seus nós principais nos diferentes tipos de conceitos, juízos e silogismos. Seu esforço é também o de utilizar essa rede no nível imediato a partir do qual ela é derivada por abstração, para tentar trazer à luz como esta rede conceitual atende à necessidade do entendimento de compreender a verdade das coisas. Neste sentido, Wolff não se contenta de partir daquela que chamamos lógica de primeiro grau, a fim de se elevar à lógica de segundo grau, ou seja, do nível imediato da lógica natural para aquele abstrato da lógica artificial. De fato, Wolff também pretende seguir o caminho inverso, a saber, ele quer analisar a forma na qual a estrutura lógica consegue dar conta da realidade, e examinar os procedimentos epistemológicos envolvidos nesse processo.

Nessa medida, Wolff tem como objetivo investigar como e em que medida as faculdades do entendimento nos permitem alcançar o conhecimento da verdade. No entanto, a sua investigação ainda está longe da abordagem crítica kantiana. Isto torna-se evidente na medida em que considerarmos, na lógica de Wolff, as relações entre lógica, ontologia e epistemologia. Na seção preliminar, no início da lógica latina, Wolff escreve:

A lógica fornece as regras que dirigem o entendimento no conhecimento de cada ente [...]. Portanto, deve ensinar o que é aquilo a que temos de atender no conhecimento das coisas. E isso deve ser derivado daquele conhecimento geral do ente que nasce da ontologia. Assim, é evidente que os princípios para as demonstrações das regras da lógica são trazidos da ontologia¹².

Da mesma forma, a lógica tem como base também os princípios da psicologia, na medida em que deve esclarecer quais são e qual a natureza das operações das faculdades cognitivas envolvidas no conhecimento da verdade. Os princípios em que se funda a lógica, portanto, são princípios cuja

¹⁰ Wolff, *Vernünftige Gedanken*, 244-245.

¹¹ Cfr. Barone, *Logica formale e logica trascendentale*, 94 e segg.

¹² Wolff, *Philosophia rationalis sive logica*, 39-40.

validade tem uma justificação extra-lógica. Desta forma, na lógica de Wolff entra explicitamente em jogo a relação entre a lógica, a ontologia e a epistemologia. Esta relação, no entanto, ainda não é investigada criticamente, o que só acontecerá na crítica kantiana.

Neste sentido, a lógica wolffiana é já uma lógica que vai além do sentido meramente formalista desta disciplina. Na verdade, com Wolff, temos uma lógica cujo objeto é não só a validade, mas também a verdade das argumentações. Além disso, a lógica wolffiana trabalha não só na dimensão teórica, mas também a dimensão prática de um pensamento que está sempre direcionado para a busca da verdade. Precisamente neste sentido a lógica de Wolff já está voltada para a objetividade.

3. A viragem transcendental da lógica kantiana

A rearticulação do conceito de lógica em Kant baseia-se na passagem da lógica que Kant define como “geral” para a lógica “transcendental”¹³. Esta viragem não envolve uma ruptura completa com o paradigma lógico tradicional com o qual Kant compara a sua nova concepção da lógica:

A crítica não se opõe ao *procedimento dogmático da razão* no seu conhecimento puro, enquanto ciência (pois esta é sempre dogmática, isto é, estritamente demonstrativa, baseando-se em princípios *a priori* seguros), mas sim ao *dogmatismo*, quer dizer, à presunção de seguir por diante apenas com um conhecimento puro por conceitos (conhecimento filosófico), apoiado em princípios, como os que a razão desde há muito aplica, sem se informar como e com que direito os alcançou. O dogmatismo é, pois, o procedimento dogmático da razão *sem uma crítica prévia da sua própria capacidade*. [...] A crítica é antes a necessária preparação para o estabelecimento de uma metafísica sólida fundada rigorosamente como ciência, que há-de desenvolver-se de maneira necessariamente dogmática e estritamente sistemática, por conseguinte escolástica (e não popular). Exigência inevitável em metafísica, considerando que esta se compromete a realizar a sua obra totalmente *a priori*, portanto para completa satisfação da razão especulativa. Na execução do plano que a crítica prescreve, isto é, no futuro sistema da metafísica, teremos então de seguir o método rigoroso do célebre Wolff, o maior de todos os filósofos dogmáticos¹⁴.

¹³ Por uma introdução à lógica transcendental kantiana cfr. Leo Lugarini, *La logica trascendentale kantiana* (Milano - Messina: Principato, 1950); Giorgio Tonelli, *Kant's Critique of Pure Reason within the Tradition of Modern Logic* (Hildesheim: Olms, 1994); Paul Guyer, *The Cambridge Companion to the Critique of Pure Reason* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

¹⁴ *KrV*, B XXXV- B XXXVI.

Neste passo, é evidente até que ponto Kant assume a herança wolffiana. Ao mesmo tempo, no entanto, é destacado o passo em frente que Kant pretende dar com respeito a essa tradição. Por um lado, Kant traz consigo o que chama de «procedimento dogmático» como condição necessária para o desenvolvimento da ciência – condição de tipo metodológico – que corresponde ao caráter demonstrativo e à abordagem sistemática do processo científico¹⁵.

Por outro lado, Kant reconhece uma lacuna no sistema de Wolff, uma lacuna que, poderíamos dizer, não implica que as teorias wolffianas sejam falsas, mas incompletas. Não seria suficiente, na perspectiva de Kant, determinar as categorias do pensamento de forma sistemática, clara, rigorosa e completamente a priori. Falta um passo neste caminho, e este passo é constituído pela análise propriamente crítica, com respeito à lógica, das puras categorias a priori do entendimento e das leis segundo as quais elas são utilizadas. É precisamente este sentido radicalmente crítico que orienta o desenvolvimento de uma nova lógica: a lógica transcendental¹⁶.

A análise de Kant desenvolve-se no estudo das duas fontes do nosso conhecimento. A primeira «consiste em receber as representações (a receptividade das impressões)»¹⁷. Ela fornece a componente material do nosso conhecimento, ou seja, aquilo através do qual o objeto do nosso conhecimento nos é dado. A segunda é a «capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos)»¹⁸, e constitui o aspecto formal do conhecimento, ou seja, as condições de pensabilidade do objeto dado por meio da intuição sensível.

A primeira parte da *Crítica da Razão Pura* – a doutrina dos elementos – é dividida em duas seções, a estética transcendental e a lógica transcendental. A primeira trata das condições de possibilidade da intuição sensível, e analisa a forma na qual os objetos de experiência nos são dados. A segunda analisa as condições de pensabilidade do material da intuição sensível. Mais precisamente, o objeto desta segunda parte são as formas lógicas puras, isto é, o que permite à informação proveniente da intuição sensível ser ordenada segundo determinadas relações¹⁹.

¹⁵ «Wolff introduced a standard of rigorous demonstration and systematic organization into German philosophy that had been absent before him; indeed, more than any one of his great predecessors among the continental rationalists, he integrated the insights of modern philosophy into a single, systematic worldview» (Brady Bowman, *Hegel and the Metaphysics of Absolute Negativity* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013), 62).

¹⁶ Para uma análise detalhada da lógica formal kantiana cfr. Mirella Capozzi, *Kant e la logica*, vol. 1 (Napoli: Bibliopolis, 2002).

¹⁷ *KrV*, A 50/B 74.

¹⁸ *KrV*, A 50/B 74.

¹⁹ *KrV*, A 20/B 34.

As puras formas que a lógica analisa são as regras *a priori* do entendimento, ou seja, as formas através das quais o entendimento organiza os vários materiais da intuição sensível. A lógica é, portanto, «a ciência das regras do entendimento em geral»²⁰. Estas regras, como é evidente, não são aquelas que determinam os critérios de validade das argumentações, mas tem a ver com a pensabilidade dos objetos da nossa experiência. Esta diferença torna-se relevante quando se considera a distinção kantiana entre lógica geral e lógica transcendental.

Por um lado, a lógica geral «contém as regras absolutamente necessárias do pensamento, sem as quais não pode haver nenhum uso do entendimento, e ocupa-se portanto deste, independentemente da diversidade dos objetos a que possa dirigir-se»²¹. As duas principais características da lógica geral pura são

1. o seu caráter abstratamente formal, segundo o qual «abstrai totalmente do conteúdo do conhecimento do entendimento e da diversidade dos seus objetos e refere-se apenas à simples forma do pensamento»²²;
2. o seu abstrair de qualquer princípio de tipo empírico, e o fato de que é uma «doutrina demonstrada», assim, que «tudo nela tem de ser certo inteiramente *a priori*»²³.

A lógica transcendental, por outro lado, ainda é uma lógica que tem um caráter formal, mas a rede lógica que ela articula tem um caráter diferente daquele da lógica geral. Se a lógica geral é aquela disciplina que tem como objeto a «simples forma do pensamento»²⁴, a lógica transcendental, por seu turno, trata da forma pura dos conteúdos do conhecimento. Por um lado, a ló-

²⁰ *KrV*, A 52/B 76.

²¹ *KrV*, A 52/B 76. Kant distingue a lógica geral da lógica particular, que define as regras do pensar em relação a um tipo específico de objetos, e diz respeito às regras específicas que o entendimento deve seguir independentemente da ciência de que se ocupa. Além disso, a lógica geral pode ser dividida em lógica pura e aplicada, onde a primeira abstrai «de todas as condições empíricas relativamente às quais se exerce o nosso entendimento, por exemplo, da influência dos sentidos, do jogo da imaginação, das leis da memória, do poder do hábito, da inclinação, etc. [...]». Uma lógica *geral*, mas *pura*, ocupa-se, pois, de princípios puros *a priori* e é um *cânone do entendimento* e da razão, mas só com referência ao que há de formal no seu uso, seja qual for o conteúdo (empírico ou transcendental). Diz-se, pelo contrário, que uma lógica *geral é aplicada*, quando se ocupa das regras do uso do entendimento nas condições empíricas subjetivas que a psicologia nos ensina. Tem, pois, princípios empíricos, embora seja, na verdade, geral na medida em que se ocupa do uso do entendimento sem distinção dos objetos» (*KrV*, A 53/B 77).

²² *KrV*, A 54/B 78.

²³ *KrV*, A 54/B 78.

²⁴ *KrV*, A 54/B 78.

gica geral desdobra as regras em que está baseada a simples validade formal do pensamento, abstraindo dos conteúdos do conhecimento. Por outro lado, no entanto, na lógica transcendental a forma do pensamento em questão é aquela através da qual estes conteúdos de conhecimento são organizados e categorizados.

Podemos então dizer que a lógica transcendental de Kant vai além do caráter instrumental e formalístico da lógica tradicional, pois constitui-se como uma lógica essencialmente orientada para os objetos. De fato, precisamente a orientação para os objetos de conhecimento das puras categorias da lógica transcendental é aquilo que está em jogo na análise crítica kantiana:

concebemos antecipadamente a ideia de uma ciência do entendimento puro e do conhecimento de razão pela qual pensamos objetos absolutamente *a priori*. Uma tal ciência, que determinaria a origem, o âmbito e o valor objetivo desses conhecimentos, deveria chamar-se *lógica transcendental*, porque trata das leis do entendimento e da razão, mas só na medida em que se refere a objetos *a priori* e não, como a lógica vulgar, indistintamente aos conhecimentos de razão, quer empíricos quer puros²⁵.

Desta forma, por um lado, a lógica geral «nada nos ensina acerca do conteúdo do conhecimento, mas apenas acerca das condições formais da sua concordância com o entendimento, que aliás em relação aos objetos são totalmente indiferentes»²⁶; por outro lado, a lógica transcendental tem por objeto o próprio conteúdo do conhecimento, na medida em que se relaciona com as formas puras do pensamento que tornam o conteúdo da intuição sensível um conteúdo pensável e, portanto, passível de ser conhecido.

A forma lógica em questão na lógica transcendental não é, por conseguinte, uma forma abstrata com respeito ao conteúdo do conhecimento, pois tem um valor constitutivo em relação a esse conteúdo. Se voltamos a considerar a nossa distinção entre uma lógica de primeiro e de segundo grau, o ganho kantiano torna-se evidente. Kant rejeita a distinção entre a lógica natural e a lógica artificial (lógica enquanto ciência que deve ser completamente *a priori* e deve livrar-se de qualquer item que tenha a ver com as condições empíricas e contingentes em que nosso conhecimento se realiza²⁷). Apesar

²⁵ *KrV*, A 54/B 78.

²⁶ *KrV*, A 81/B 86.

²⁷ «Aber diese Eintheilung ist unstatthaft. Denn die natürliche Logik oder die Logik der gemeinen Vernunft (*sensus communis*) ist eigentlich keine Logik, sondern eine anthropologische Wissenschaft, die nur empirische Prinzipien hat, indem von den Regeln des natürlichen Verstandes- und Vernunftgebrauchs handelt, die nur in concreto, also ohne Bewusstsein derselben in abstracto, erkannt werden. – Die künstliche oder wissenschaftliche Logik verdient daher allein diesen Namen, als eine Wissenschaft der nothwendigen

disso, pode-se distinguir entre o nível da linguagem natural – e, mais especificamente, das várias formas de juízo nas quais as diferentes categorias do entendimento trabalham em concreto –, e o nível dentro do qual trabalha a lógica transcendental, ou seja, aquela referente às categorias do entendimento puro. Em Kant, no entanto, já não encontramos mais, como em Wolff, a simples distinção entre o nível concreto da linguagem natural e o nível abstrato das categorias lógicas puras. Kant pretende delinear sistematicamente a transição do nível imediato da linguagem natural, que está estruturada nas várias formas de juízos, ao nível abstrato das puras formas do entendimento. Inversamente, Kant mostra também, de forma não menos sistemática, a direcionalidade dessas puras formas lógicas do entendimento para os objetos da experiência, a saber, a maneira na qual estas mesmas formas determinam constitutivamente o conteúdo do nosso conhecimento concreto²⁸. A correspondência entre os dois níveis – o da experiência concreta e o das formas lógicas puras – é o próprio objeto da investigação transcendental kantiana. Na realidade, a lógica de Kant pretende determinar:

- 1) a origem,
- 2) a extensão,
- 3) e a validade objetiva

do conhecimento, que tem como condição de possibilidade formal as categorias a priori do entendimento. A lógica transcendental de Kant tem objetivos específicos, a saber:

- 1) determinar a origem desse conhecimento, o que significa determinar

und allgemeinen Regeln der Denkens, die, unabhängig von dem natürlichen Verstandes- und Vernunftgebrauche» (I. Kant, *Logik*, em *Kant's gesammelte Schriften*, hrsg. Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften, Bd. 9 (Berlin: G. Reimer, 1923), 17. Todavía, Barone escreve: «il motivo della non accettazione è puramente terminologico e non concerne la questione di fondo, cioè l'esistenza di una struttura fondamentale di regole di pensiero di cui la cosiddetta logica artificiale è l'esplicitazione» (Barone, *Logica formale e logica trascendentale*, 156). Considera-se o começo da *Jäsche Logik*: «Alles in der Natur, sowohl in der leblosen, als auch in der belebten Welt geschieht nach Regeln, ob wir gleich diese Regeln nicht immer kennen. [...] Die ganze Natur überhaupt ist eigentlich nichts Anderes, als in Zusammenhang von Erscheinungen nach Regeln; und es giebt überall keine Regellosigkeit. Wenn wir eine solche zu finden meinen, so können wir in diesem Falle nur sagen: dass uns die Regeln unbekannt sind. Auch die Ausübung unserer Kräfte geschieht nach gewissen regeln, die wir befolgen, zuerst derselben unbewusst, bis wir zu ihrer Erkenntniss allmählich durch Versuche und einen längern Gebrauch unserer Kräfte gelangen» (Kant, *Logik*, 11).

²⁸ Sobre a relação entre pensamento e linguagem em Kant cfr. Claudio La Rocca, *Esistenza e Giudizio. Linguaggio e ontologia in Kant* (Pisa: ETS, 1999), 13-45.

a origem das próprias categorias, tarefa que Kant tenta realizar através de uma derivação sistemática das categorias a partir das diferentes formas de juízos;

- 2) determinar a extensão do conhecimento constituído pelas categorias, o que significa delinear o âmbito dos objetos de conhecimento para os quais elas são orientadas, ou seja, definir a direção da orientação aos objetos intrínseca nas categorias;
- 3) determinar a validade do conhecimento que elas constituem, o que implica definir a maneira como essas categorias, na verdade, tornam possível o conhecimento de objetos que são dados na experiência sensível, ou seja, definir em que consiste a direcionalidade aos objetos inerente às categorias, e o modo pelo qual as categorias os tornam pensáveis.

Isso significa que, mesmo excluindo considerar qualquer princípio empírico, Kant toma como ponto de partida precisamente as formas da linguagem natural para realizar o seu primeiro objetivo, que é a determinação da origem das categorias, derivando-as das diferentes formas de juízos. Desta forma, Kant esboça sistematicamente a transição da lógica que definimos como lógica de primeiro grau para aquela de segundo grau, ou seja, da lógica inerente à linguagem natural para as puras formas lógicas a priori do entendimento. A linguagem natural é o ponto de partida para delinear a rede de conceitos lógicos puros que constituem as puras condições formais do nosso conhecimento.

De forma igualmente sistemática, Kant também realiza o caminho inverso, ou seja, o caminho que a partir da lógica do segundo grau – a rede abstrata dos conceitos do entendimento – vai para o âmbito dos objetos sobre os quais a nossa rede conceitual é, por assim dizer, lançada. Kant atravessa esse caminho precisamente ao delinear a extensão dos objetos sobre os quais é possível lançar esta rede – o âmbito da experiência – e a forma como essa rede nos torna acessível, em termos de conhecimento, os objetos em questão.

Desta forma, a lógica torna-se metafísica ou, em outras palavras, torna-se uma metafísica da experiência²⁹. De fato, o sistema das categorias puras

²⁹ «Kant replaces appeals to a speculative realm of transcendent objects with claims about the conditions which enable us to read appearances as experience, that is, to treat categories immanently as “mere keys to possible experience”. Kant’s transcendental metaphysics of experience as a whole still refers to the immanent “fruitful bathos of experience” rather than to the supposed transcendent objects of a “windy metaphysics”. It encourages him to replace a tradition of “proud ontology” with a more modest “analytic of concepts”» (Graham Bird, *The Revolutionary Kant. A Commentary on the Critique of Pure Reason* (Chicago-LaSalle: Open Court, 2006), 96). O primeiro intérprete que utilizou essa expressão foi Herbert J. Paton in *Kant’s Metaphysics of Experience*, 2 vols. (London: George

do entendimento da lógica transcendental kantiana incorpora precisamente aquele que era o sistema de categorias da ontologia de Wolff³⁰ demonstrando, por um lado, a origem dessas categorias e, por outro, a maneira em que elas são constitutivamente direcionadas aos objetos e como representam, portanto, as condições de possibilidade do nosso conhecimento objetivo da realidade.

Com respeito a essas diferenças entre lógica geral e transcendental, a pergunta é, portanto, a seguinte: podemos dizer que a lógica geral – ou seja, a lógica tradicionalmente entendida como formal – é uma disciplina completamente diferente da lógica transcendental? Ou, ao contrário, poderíamos desenharmos uma linha de continuidade entre essas duas disciplinas? Comparando os dois tipos de lógica, Kant afirma:

A lógica geral abstrai, como indicamos, de todo o conteúdo do conhecimento, ou seja, de toda a relação deste ao objeto, e considera apenas a forma lógica na relação dos conhecimentos entre si, isto é, a forma do pensamento em geral. Como, porém, há intuições puras e há intuições empíricas (conforme mostra a estética transcendental), poder-se-ia também encontrar uma distinção entre pensamento puro e pensamento empírico dos objetos. Nesse caso, haveria também uma lógica em que não se abstrairia de todo o conteúdo do conhecimento; porque a que contivesse apenas as regras do pensamento puro de um objeto excluiria todos os conhecimentos de conteúdo empírico. Essa lógica também se ocuparia da origem dos nossos conhecimentos dos objetos, na medida em que tal origem não pode ser atribuída aos objetos; enquanto a lógica geral nada tem que ver com esta origem do conhecimento, apenas considera as representações [...] segundo as leis pelas quais o entendimento as usa umas em relação com as outras para pensar; a lógica geral trata, por conseguinte, apenas da forma do entendimento que pode ser dada às representações, qualquer que seja a sua origem³¹.

A rede conceitual articulada pela lógica geral é completamente independente dos objetos de conhecimento e considera apenas a relação dos pensamentos uns com os outros para determinar a forma segundo a qual o sistema desta rede mantém a sua consistência e a sua validade. No caso da lógica transcendental, no entanto, a rede conceitual analisada é constitutivamente direcionada para os objetos. Porém, isso não exclui o fato de que estamos trabalhando com a mesma rede considerada de duas perspectivas diferentes.

Allen & Unwin, 1936). Cfr. também Pietro Faggiotto, *Per una metafisica dell'esperienza integrale* (Rimini: Maggioli, 1982).

³⁰ Deve ser especificado que Kant não delinea um sistema de categorias que siga a articulação das categorias da ontologia de Wolff ou dos expoentes da sua escola.

³¹ *KrV*, A 55-56/B 79-80.

Por um lado, o objetivo para o qual a rede é utilizada é sempre o mesmo, isto é, a busca de verdade. No início da nossa análise, tínhamos notado que o objeto da lógica formal, no sentido tradicional – o que Kant chama de “lógica geral” – é a determinação dos critérios de validade das argumentações. Mas a validade das argumentações é uma condição da verdade e, por isso, é parte da própria verdade. Neste sentido, Kant diz que «no que respeita, porém, ao conhecimento, considerado simplesmente segundo a mera forma (pondo de parte todo o conteúdo), é igualmente claro que uma lógica, na medida em que expõe as regras gerais e necessárias do entendimento, deverá nessas mesmas regras expor critérios de verdade. Tudo o que os contradiga é falso»³². Os critérios de verdade fornecidos pela lógica geral, no entanto, são meramente formais, pois concernem apenas as relações entre as diferentes declarações que compõem uma argumentação e, portanto, são condições necessárias, mas não suficientes, para determinar a verdade do conteúdo da argumentação. A simples consistência de um conteúdo de conhecimento é ainda «uma *conditio sine qua non*, por conseguinte, a condição negativa de toda a verdade»³³, a saber, é uma condição negativa da verdade, que define o que não pode ser verdadeiro, mas não define a verdade como tal. Kant assume a concepção correspondentista da verdade, que é «concordância de um conhecimento com o seu objeto»³⁴. Para determinar a verdade propriamente dita, portanto, é necessário partir da rede conceitual da lógica geral para construir, a partir dela, uma rede de malhas bem mais finas capaz de direcionar o conhecimento que ela articula para os objetos do próprio conhecimento. Esta reestruturação da rede vai além da determinação da condição negativa da verdade, porque conduz à definição das condições que servem como guia nessa busca efetiva da verdade³⁵. Estas condições correspondem exatamente àquelas que Kant apresenta no seu sistema de categorias do entendimento, para trazer a luz a estrutura formal do conteúdo da experiência sensível.

Nesta perspectiva, na viragem transcendental kantiana não há tanto uma ruptura completa com o paradigma da lógica tradicional, mas uma tentativa, dentro desse paradigma, de passar das abstratas determinações conceituais disponíveis para o desenvolvimento de determinações mais concretas. O objetivo desta reestruturação seria o de levantar uma reflexão sobre a lógica, que tradicionalmente enfrenta a questão de “o que é válido”, para que ela passe para a investigação de “o que é verdade”, ou seja, para analisar não só

³² *KrV*, A 59/B 83-84.

³³ *KrV*, A 60/B 84.

³⁴ *KrV*, A 58/B 83.

³⁵ As condições da lógica transcendental concernem a verdade não em um sentido amplo, mas a verdade do conhecimento empírico.

as condições negativas, mas também as condições que orientam a busca da verdade dos objetos de experiência. Portanto, a rede conceitual que a lógica apresenta não precisa mais de se manter no nível abstrato das verdades possíveis, mas precisa ser determinada de forma ulterior para chegar a ter um valor constitutivo com respeito à verdade objetiva.

A questão crucial é, no entanto, qual é esta verdade objetiva, ou seja, a correspondência entre o conhecimento e os objetos da lógica transcendental de Kant. Kant dedica toda a segunda parte da lógica transcendental à delimitação, de forma negativa, do uso das categorias do entendimento e, portanto, à verdade que esta forma lógica torna acessível.

Na realidade, à reflexão que se move dentro do nível da lógica natural e àquela que analisa as categorias puras do entendimento e os seus princípios, Kant acrescenta um outro nível de análise, ou seja, uma meta-reflexão crítica que vai circunscrever negativamente os limites do uso das categorias do entendimento dentro do âmbito da experiência sensível. As categorias do entendimento, embora sejam categorias essencialmente orientadas para os objetos de conhecimento, porque determinam as suas condições de pensabilidade, permanecem categorias formais que são, por si mesmas, completamente vazias na medida em que carecem do material da intuição sensível dado dentro da experiência.

Noutras palavras, se as categorias do entendimento desempenham um papel constitutivo para o objetivo da lógica kantiana de trazer à luz uma verdade não mais apenas formal, mas que é também a verdade objetiva do nosso conhecimento, o conhecimento de que elas determinam o caráter objetivo fica sempre fechado no âmbito da nossa experiência sensível. Este conhecimento não é ainda capaz de atingir conceitualmente a objetividade mesma, ou, mais explicitamente, as coisas como elas são *em si mesmas*³⁶.

Desta forma, Kant leva-nos através da transição de uma lógica meramente formal até uma lógica que é essencialmente orientada para os objetos. Estes objetos, porém, não são entendidos como *em si*, mas como objetos do nosso conhecimento que se move constitutivamente dentro do âmbito da nossa experiência sensível.

Contudo, se temos como objetivo o conhecimento da verdade como correspondência do conhecimento com os objetos *em si*, a lógica kantiana não nos pode ajudar, porque no sistema kantiano as coisas em si são inacessíveis e, portanto, separadas em relação às categorias lógicas através das quais categorizamos o conteúdo do conhecimento. Resta então o espaço para uma nova

³⁶ Quanto à distinção entre as coisas em si mesmas e os fenômenos na *Crítica da Razão Pura*, veja-se a seção final de analítica transcendental, intitulada *Do princípio da distinção de todos os objetos em geral em fenômenos e númenos*. cfr. *KrV*, A 235-60/B 294-315.

tentativa de reformular a rede das categorias lógicas, uma tentativa em que é retomado o objetivo kantiano de articular a rede conceitual de um pensamento lógico que possa atingir conceitualmente os objetos de conhecimento. Esse espaço é aquele em que se move o desafio hegeliano de desenvolver um novo paradigma da racionalidade, uma nova concepção do pensamento no qual o próprio pensamento é um pensamento objetivo, isto é, um pensamento capaz de atingir conceitualmente não só a objetividade da experiência, mas também a objetividade em si e para si na sua concretude e complexidade.

4. Lógica especulativa, formas absolutas e pensamento objetivo

O ponto de viragem que conduz Hegel à articulação da lógica especulativa baseia-se precisamente na análise crítica da doutrina kantiana de que o conhecimento que se constitui sobre as categorias lógicas tem uma validade que se limita ao âmbito da experiência³⁷. Essa concepção das categorias lógicas tem como base uma forma de entender o pensamento como um meio interposto entre nós e as coisas, como um instrumento que nos deveria dar acesso às coisas, mas que, precisamente como meio, em vez de tornar as coisas acessíveis, as mantém constitutivamente separadas de nós³⁸. Neste sentido, a forma lógica, longe de abrir os nossos olhos para a realidade, mantém-na separada de nós e fornece-nos um conhecimento da verdade que é limitado, a qual, portanto, não pode ser definida propriamente como verdade em um pensamento em que o verdadeiro é concebido como *o todo*³⁹.

A intenção de Hegel de reelaborar a noção de lógica e, mais especificamente, de forma lógica, começa com observações concernentes, mais uma vez, à relação entre a lógica natural e a lógica propriamente dita. No segundo

³⁷ «O entendimento não poderia ultrapassar a experiência, caso contrário, a faculdade do conhecimento tornar-se-ia *razão teórica*, que, para si, daria à luz a nada mais que *quimeras*» (*WdL I*, 5).

³⁸ *WdL I*, 14.

³⁹ «Na medida em que a diversidade da matéria e da forma, do objeto e do pensar, não é abandonada àquela indeterminidade nebulosa, mas é tomada de modo mais determinado, cada uma [delas] é uma esfera separada da outra. Portanto, o pensar não se ultrapassa a si mesmo no seu receber e formar da matéria, o seu receber e o seu acomodar-se a ela permanecem uma modificação de si mesmo; desse modo, ele não vem a ser o seu outro; e o determinar autoconsciente pertence de todo modo apenas a ele; portanto, ele não consegue também em sua relação com o objeto, sair de si em direção ao objeto: este permanece, enquanto uma coisa em si, pura e simplesmente um além do pensar» (*WdL I*, 28-29).

prefácio da *Ciência da Lógica*⁴⁰, Hegel retoma a noção de lógica natural e escreve:

As formas do pensamento estão, primeiramente, expostas e depositadas na *linguagem* do ser humano [...]. A linguagem inseriu-se em tudo aquilo que se torna para ele [o ser humano] em geral um interior, uma representação, em tudo aquilo de que ele se apropria, e o que ele torna linguagem e exprime nela contém de modo mais encoberto, mais misturado ou mais elaborado, uma categoria⁴¹.

Inicialmente, o trabalho da lógica é o de explicitar as categorias depositadas na linguagem natural, ou seja, as categorias com as quais o entendimento trabalha inconscientemente, de forma não refletida⁴². Em outras palavras, temos que trazer à consciência a matéria inerente ao instinto lógico do ser humano:

o espírito, que, no agir instintivo do pensar, enredado nas amarras de suas categorias, está fragmentado em uma matéria infinitamente múltipla. Nessa rede, enredam-se de vez em quando nós mais firmes, os quais são os pontos de referência e de orientação de sua vida e de sua consciência, eles devem sua firmeza e seu poder precisamente ao fato de que, trazidos à consciência, eles são conceitos que são em e para si de sua essencialidade. [...] Purificar essas

⁴⁰ Para uma introdução à lógica hegeliana cfr. Herbert Marcuse, *Hegels Ontologie und die Grundlegung einer Theorie der Geschichtlichkeit* (Frankfurt am Main: Klostermann, 1932); Leo Lugarini, *Orizzonti hegeliani di comprensione dell'essere* (Milano: Guerini e Associati, 1998); Christian Iber, "Kleine Einführung in Hegels Logik", in: *Hegels Seinslogik. Interpretationen und Perspektiven*, hrsg. Andreas Arndt e Christian Iber (Berlin: Akademie Verlag, 2000), 13-32; Anton Koch e Friedrike Schick (hrsg.), *G.W.F. Hegel. Wissenschaft der Logik* (Berlin: Akademie Verlag, 2002); John Burbidge, *The Logic of Hegel's Logic* (Peterborough: Broadview Press, 2006); Luca Illetterati et al., *Hegel*, (Roma: Carocci, 2010), 131-185; Stephen Houlgate e Michael Baur (ed.), *A Companion to Hegel* (London: Blackwell, 2011), 109-176; Franco Chiereghin, *Rileggere la Scienza della logica di Hegel* (Roma: Carocci, 2011); Paolo Giuspoli, *Idealismo e concretezza. Il paradigma epistemico hegeliano* (Milano: Franco Angeli, 2013), 19-42.

⁴¹ *WdL I*, 10. Sobre a relação entre pensamento e linguagem em Hegel cfr. Joseph Simon, *Das Problem der Sprache bei Hegel* (Stuttgart: Kohlhammer, 1966); Werner Marx, *Absolute Reflexion und Sprache* (Frankfurt am Main: Klostermann, 1967); Theodor Bodammer, *Hegels Deutung der Sprache* (Hamburg: Meiner, 1969); Daniel J. Cook, *Language in the Philosophy of Hegel* (The Hague: Mouton, 1973); Jere O' Neill Surber (ed.), *Hegel and Language* (Albany: SUNY Press, 2006); Jeffrey Reid, *Real Words. Language and System in Hegel* (Toronto: University of Toronto Press, 2007); Jim Vernon, *Hegel's Philosophy of Language* (New York: Continuum, 2007); Jere O' Neill Surber, *Hegel's Philosophy of Language. The Unwritten Volume*, in: *A Companion to Hegel*, 241-261.

⁴² «Tal uso das categorias, que há pouco foi denominado de lógica natural, é inconsciente» (*WdL I*, 13).

categorias, que são ativas [...] apenas de modo instintivo, e que começam por ser trazidas à consciência do espírito como isoladas e, por isso, de maneira variável e confusa, e que lhe concedem, dessa maneira, uma efetividade isolada e incerta, e elevar assim o espírito, nas categorias, à liberdade e à verdade, este é, portanto, o empreendimento lógico supremo⁴³.

Se lemos atentamente essa passagem do texto hegeliano, o trabalho de purificação das categorias lógicas inerentes à linguagem natural não consiste numa simples transição da lógica natural à lógica artificial. Para essa transição, os meios da lógica formal seriam mais do que suficientes. Hegel pede-nos algo mais. As etapas em jogo são duas:

- 1) purificar as categorias que operam instintivamente dentro da linguagem para tomá-las depois na consideração teórica como objetos puros e isolados;
- 2) purificar as categorias lógicas puras e isoladas na medida em que estas se mostram articuladas «de maneira variável e confusa», fornecendo assim ao espírito uma efetividade «isolada e incerta».

Portanto, também Hegel, como Kant, mais uma vez sublinha o caráter necessário do trabalho de purificação que a lógica formal conduz com respeito às categorias incorporadas na linguagem natural. Este trabalho representa uma condição *sine qua non* para lidar com a tarefa lógica mais importante, ou seja, alcançar a verdade. Neste sentido, Hegel reconhece explicitamente o imenso valor da lógica formal, especialmente nas obras de Platão e Aristóteles:

Primeiramente, deve-se considerar como um progresso infinito que as formas do pensamento libertas da matéria, na qual elas estão imersas no intuir e no representar autoconsciente como em nosso desejar e querer ou, antes, também no desejar e querer representante (e não há nenhum desejar e querer humanos sem representar), que essas universalidades foram destacadas por si e, como fez Platão, mas depois, sobretudo Aristóteles, foram transformadas em objeto da consideração por si; isto fornece o início do seu conhecer⁴⁴.

Em um outro lugar no texto, Hegel observa que «aquele material adquirido, as formas do pensamento conhecidas devem ser consideradas como um modelo importantíssimo, uma condição necessária [e] um pressuposto que deve ser aceite com gratidão»⁴⁵. Ao mesmo tempo, no entanto, Hegel escreve também que este material é apenas como «um fio seco ou ossos ina-

⁴³ *WdL I*, 15-16.

⁴⁴ *WdL I*, 12.

⁴⁵ *WdL I*, 10.

animados de um esqueleto, até mesmo emaranhados desordenadamente»⁴⁶. Em outras palavras, trata-se de categorias que não são colocadas dentro de uma organização sistemática e orgânicas, de categorias “mortas” que, assim, não se mostram capazes de dar conta da verdade propriamente dita, isto é, a verdade do mundo complexo da vida e do espírito. Para garantir que as categorias lógicas sejam capazes de esclarecer conceitualmente essa verdade, elas precisam de uma purificação ulterior daquela da lógica tradicional que abstrai as categorias da linguagem natural. Esta purificação ulterior baseia-se na análise da natureza interna das categorias mesmas, isto é, do seu conteúdo.

Então Hegel, precisamente como Kant, na sua reflexão sobre a lógica em geral e, mais especificamente, sobre as formas lógicas, não se move em contraposição à lógica tradicional. Pelo contrário, esta continua a ser, até mesmo dentro do paradigma lógico hegeliano, o ponto de partida, a *conditio sine qua non*, para lançar luz sobre a verdadeira natureza das formas do pensamento. A análise das categorias feita pela lógica formal é, no entanto, apenas um ponto de partida, algo de familiar que, precisamente enquanto familiar, não é ainda realmente conhecido⁴⁷. O que implica o conhecimento destas categorias lógicas formais? O que é preciso fazer, primeiramente, na perspectiva hegeliana, é expor as limitações de uma análise puramente formal das categorias lógicas, e a incapacidade dessas categorias de atingir efetivamente os objetos de conhecimento:

O que indicamos como início da ciência, cujo alto valor para si e, ao mesmo tempo, como condição do conhecimento verdadeiro foi reconhecido há pouco, [ou seja,] tratar os conceitos e os momentos do conceito em geral, as determinações do pensar primeiramente como formas que seriam diversas da matéria e estariam apenas nela, isto se manifesta imediatamente em si mesmo como um comportamento inadequado à verdade que é indicada como objeto e finalidade da lógica. Pois assim, como meras formas, como diferentes do conteúdo, elas são supostas como estando em uma determinação que as marca como finitas e impossibilita de conceber a verdade que é infinita em si⁴⁸.

As categorias lógicas formais têm fora de si o seu próprio conteúdo e, conseqüentemente, são categorias finitas, limitadas. Elas permanecem constitutivamente separadas daquele objeto e daquela verdade dos quais deve-

⁴⁶ *WdL I*, 10; «no que concerne a tal conteúdo [...] as determinações do mesmo valem, em sua firmeza como inamovíveis e são colocadas em relação exterior uma com a outra» (*WdL I*, 36).

⁴⁷ «Os objetos lógicos [...] são algo mais ou menos conhecido por todos na cultura, assim, como eu disse em outro lugar, o que é *conhecido*, não é, por causa disso, *reconhecido*» (*WdL I*, 12).

⁴⁸ *WdL I*, 16.

riam dar conta. Para superar as limitações das categorias lógicas formalmente concebidas temos que incluir na sua análise, ou seja, no esclarecimento conceitual que as define, o seu conteúdo interno. Esta mudança de perspectiva na análise implica a passagem da consideração das categorias como formas vazias aplicadas a um conteúdo externo para uma investigação que traga à luz a estrutura interna das categorias conceituais em si e as relações que esta estrutura tem com outras categorias⁴⁹.

Se a lógica é admitida como a ciência do pensar em geral, entende-se com isso que esse pensar constitui a *mera forma* de um conhecimento, que a lógica abstrai de todo *conteúdo* e que o assim chamado segundo *elemento constitutivo*, que pertence a um conhecimento, a *matéria*, tem de ser dado de outro lugar, que, assim, a lógica, da qual esta matéria seria total e inteiramente independente, apenas pode indicar as condições formais do conhecimento verdadeiro, mas não pode conter a própria verdade real e tampouco pode ser o *caminho* para a verdade real, porque justamente o essencial da verdade, o conteúdo, reside fora dela.

Em primeiro lugar, porém, já é inapropriado dizer que a lógica abstrai de todo *conteúdo*, que ela apenas ensina as regras do pensar, sem se poder dedicar ao pensado e levar em conta a sua constituição. Pois, uma vez que o pensar e as regras do pensar devem ser seu objeto, ela já possui assim imediatamente o seu conteúdo peculiar; com isso, ela também tem aquele segundo elemento constitutivo do conhecimento, uma matéria, de cuja constituição ela se ocupa⁵⁰.

O projeto lógico hegeliano não implica a saída das malhas da rede conceitual da lógica formal e transcendental, mas a investigação dessas malhas para delinear a estrutura interna de cada um dos nós da rede, ou seja, para delinear, no interior dessa rede mesma, uma rede de malhas bem mais finas, capaz de dar conta da concretude e da complexidade da realidade. O sistema de categorias que Hegel pretende articular na lógica não é, portanto, apenas uma rede conceitual formal, aplicável indistintamente aos vários tipos de conteúdos. Não é uma rede independente do conteúdo ao qual ela se refere, como no caso da lógica formal tradicional. A rede em questão deve, de fato, estar em uma relação constitutiva com o conteúdo, isto é, com a estrutura da objetividade, e pode fazer isso seguindo a direção da viragem transcendental da lógica de Kant. O sistema das formas lógicas hegelianas não pode ser

⁴⁹ «A imperfeição desse modo de considerar o pensar, que deixa de lado a verdade, deve ser complementada unicamente através do integrar na consideração pensante, não meramente daquilo que costuma ser atribuído à forma exterior, mas do conteúdo» (*WdL I*, 17).

⁵⁰ *WdL I*, 28.

reduzido, no entanto, a um conjunto de estruturas categoriais simplesmente orientadas para os objetos da experiência, como no caso das categorias que se encontram dentro da analítica transcendental de Kant.

O sistema lógico de Hegel, na realidade, mesmo estando em continuidade com o projeto kantiano, pretende ir, com Kant, além de Kant, na medida em que analisa criticamente a distinção kantiana entre forma lógica e conteúdo, a fim de delinear uma concepção do pensamento que seja efetivamente constitutivo em relação ao seu conteúdo, isto é, em relação à objetividade em si mesma. Com a lógica, na verdade, não mais se trata só de articular aquele sistema de categorias constitutivas da pensabilidade dos objetos da experiência. A lógica especulativa não é mais um sistema de categorias dadas e direcionadas para objetos da experiência que estão fora de nós e, por isso, fora das categorias mesmas. A lógica, ao contrário, constitui-se como um sistema de formas conceituais que são, elas mesmas e em si mesmas, formas objetivas, ou seja, formas da verdade das coisas em si mesmas:

Este pensar objetivo é, pois, o *conteúdo* da ciência pura. Portanto, ela é tão pouco formal, dispensa tão pouco da matéria para um conhecimento (*Erkenntnis*) efetivo e verdadeiro que o conteúdo dela é, antes, o absolutamente verdadeiro ou, se ainda preferirmos nos servir da palavra matéria, [o conteúdo dela] é a matéria verdadeira – mas uma matéria para a qual a forma não é um exterior, porque essa matéria é, antes, o pensamento puro e, com isso, é a própria forma absoluta. A lógica, desse modo, precisa ser apreendida como o sistema da razão pura, como o reino do pensamento puro⁵¹.

O conteúdo analisado pela lógica hegeliana é, portanto, a rede conceitual do pensamento objetivo⁵². Esta rede não é um instrumento à nossa disposição, ou seja, não é um filtro categorial para ser aplicado aos objetos que se tornam disponíveis para nós através da intuição sensível, mas é uma rede de dinâmicas internas à própria realidade. Só se pudermos seguir os desdobramentos das malhas dessa rede, seremos capazes de lançar luz sobre as dinâmicas através das quais se constitui a realidade objetiva.

Isto não significa que as determinações do pensamento da lógica hegeliana são simples estruturas ontológicas dadas e completamente independentes do horizonte da subjetividade. No desenvolvimento da lógica especulativa,

⁵¹ *WdL I*, 34; «Com essa introdução do conteúdo na consideração lógica não são as coisas (*Dinge*), mas a *Coisa* (*die Sache*), o *conceito* das coisas, que se torna objeto» (*WdL I*, 17).

⁵² Cfr. Christoph Halbig, *Objektives Denken. Erkenntnistheorie und Philosophy of Mind in Hegels System* (Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2002); Luca Illetterati, “L’oggettività del pensiero. La filosofia di Hegel tra idealismo, anti-idealismo e realismo”, *Verifiche* 36 (2007), 13-31.

a herança da lógica transcendental kantiana, que mostra o papel constitutivo da subjetividade, continua a ser essencial. A dinâmica constitutiva da realidade encontra a sua verdade, ou seja, a sua articulação universal e necessária, apenas dentro do horizonte do pensamento puro, ou seja, do pensamento conceitual. Nesse sentido, tem que se enfatizar como

esta matéria não tem verdade tal como aparece fora e antes do conceito, mas tem verdade apenas na sua idealidade e na identidade com o conceito. A *derivação* real do conceito [...] consiste primeiramente no fato de que o conceito, na sua abstração formal, mostra-se como incompleto e através da dialética fundada nele mesmo passa para a realidade de tal modo que a gera a partir de si mesmo, mas não que o conceito recaia novamente numa realidade já dada que encontra em frente dele e recorra a algo que se revelou como o inessencial do fenômeno, depois de ter pesquisado em torno de si algo melhor sem o encontrar⁵³.

Na lógica hegeliana não temos, portanto, um conjunto de categorias lógicas dadas, de um lado, e uma objetividade da qual elas tem de dar conta, do outro⁵⁴. A incompletude do conceito na sua abstração formal consiste no fato de ser, precisamente, enquanto conceito abstratamente formal, dependente de um conteúdo dado. Hegel pretende desenvolver uma nova noção de conceito através do desenvolvimento de uma nova noção de forma lógica, que não mais é limitada e dependente de um conteúdo externo dela, porque é uma forma absoluta, ou seja, uma forma capaz de gerar o seu próprio conteúdo através do desenvolvimento da sua dialética imanente. Neste sentido, em vez de se servir de um pensamento para compreender a objetividade que está diante de nós, devemos seguir o desenvolvimento interno de um pensamento que é objetivo na medida em que articula conceitualmente a estrutura interna da própria objetividade⁵⁵.

⁵³ G.W.F. Hegel, *Wissenschaft der Logik*, zweiter Band, *Die subjektive Logik. Die Lehre vom Begriff* (1816), in *GW*, XII, hrsg. Friedrich Hogemann, Walter Jaeschke (Hamburg: Meiner, 1981) (daravante *WdL III*), 24-5.

⁵⁴ Neste sentido, elas não podem ser categorias dadas, pressupostas, ou simplesmente assumidas a partir da série de categorias da lógica tradicional e da lógica transcendental: «A lógica, ao contrário, não pode pressupor nenhuma dessas formas da reflexão ou regras e leis do pensar, pois elas constituem uma parte de seu próprio conteúdo e têm de ser fundamentadas unicamente no interior dela» (*WdL I*, 27).

⁵⁵ «Podemos, então, acreditar bem menos que as formas do pensamento que permeiam todas as nossas representações [...] estão a nosso serviço, que nós as possuímos e não, pelo contrário, que elas nos possuem [...]. Dos conceitos das coisas, contudo, diremos ainda bem menos que os dominamos ou que as determinações do pensar, das quais eles são o complexo, estão a nosso serviço; ao contrário, nosso pensar tem que se restringir em conformidade a eles, e nosso arbítrio ou nossa liberdade não deve querer regulá-los

Isto significa que as formas lógicas que Hegel analisa não servem simplesmente para garantir a objetividade da experiência, porque não estão fechadas dentro do horizonte da subjetividade. Por um lado, as formas puras da lógica hegeliana são *mind dependent* na medida em que encontram a sua verdadeira explicitação e articulação somente dentro do sujeito que as leva à transparência conceitual. Por outro lado, o sujeito é *thought dependent*, na medida em que é ativo só dentro dessas formas de pensamento que estão além do sujeito individual que as pensa. Portanto, trata-se de formas que são objetivas no sentido radical do termo. Em outras palavras, um sujeito que quer atingir a verdade não pode fazer outra coisa senão seguir o desenvolvimento imanente destas formas lógicas e da rede conceitual que elas constituem, independentemente do sujeito, simplesmente com base no seu próprio conteúdo. O sujeito tem que explicitar conceitualmente a articulação interna dessas formas, que não são mais formas limitadas. Elas são formas absolutas, ou seja, formas que não mais são dependentes de um conteúdo externo a elas, na medida em que criam seu próprio conteúdo. Na introdução à doutrina do conceito, Hegel explica a noção de forma absoluta como se segue:

A própria lógica é a ciência *formal*, mas a ciência da *forma absoluta*, que é em si totalidade e contém a pura ideia da verdade mesma. Essa forma absoluta tem em si mesma o seu conteúdo ou realidade; o conceito, enquanto não é trivial, identidade vazia, tem, no momento da sua negatividade, ou seja, do seu absoluto determinar, as diferentes determinações; o conteúdo em geral não é outro senão tais determinações da forma absoluta, – o conteúdo posto através dela mesma e, portanto, adequado a ela. – Esta forma é, então, também de natureza completamente diferente de como a forma lógica normalmente é tomada. Ela é já *por si mesma a verdade*, na medida em que esse conteúdo é adequado à sua forma ou essa realidade ao seu conceito, e é a *verdade pura*, porque as determinações deste não têm ainda a forma de um absoluto ser outro, ou seja, da imediatidade absoluta⁵⁶.

As categorias da lógica hegeliana são formas absolutas, pois elas não mais são formas a serem aplicadas a um conteúdo externo e, neste sentido, porque se desenvolvem através de uma dinâmica interna que as conduza desdobrar a sua articulação completa, não têm essa limitação. Essa articulação é o seu próprio conteúdo verdadeiro, ou seja, um conteúdo apropriado para

em conformidade consigo. Portanto, na medida em que o pensar subjetivo é nosso atuar mais próprio, mais interior, e o conceito objetivo das coisas constitui a própria Coisa, não podemos estar fora daquele atuar, não podemos estar acima do mesmo, e tampouco podemos ir além da natureza das coisas» (*WdL I*, 14).

⁵⁶ *WdL III*, 25-26.

a forma que elas mesmas são⁵⁷. Por exemplo, o infinito, que inicialmente é abstratamente separado e oposto ao finito, determina-se até mostrar como inclui constitutivamente em si o próprio finito. A identidade, que inicialmente se determina como uma relação simples e abstrata para si mesma, desenvolve-se até ser articulada como identidade verdadeira apenas na medida em que inclui em si o momento da diferença. O universal, que inicialmente se determina como abstratamente isolado e oposto ao particular, neste isolamento e nesta oposição mostra-se ser em si mesmo um particular.

A dinâmica lógica interna das puras formas lógicas, através da qual elas geram, articulam e desdobram totalmente o seu conteúdo, é a dialética interna às próprias formas lógicas, ou seja, a dialética das determinações de um pensamento que se estrutura com base naquela negatividade que, na passagem do texto citada acima, corresponde ao absoluto determinar do conceito.

Por isso, é mais uma vez evidente como Hegel vai com Kant além de Kant: por um lado, a dialética mantém o seu papel crítico no esclarecimento dos limites das determinações do entendimento, isto é, das determinações lógicas compreendidas de forma abstrata e formal; por outro lado, precisamente só através do esclarecimento desses limites, a dialética olha também para além destes mesmos limites, a saber, para a articulação da estrutura verdadeira, do verdadeiro conteúdo e, portanto, da verdade das determinações lógicas. A dialética consegue fazer isso desdobrando o desenvolvimento imanente das determinações do pensamento na sua pura forma.

A rede das formas lógicas puras com as quais Hegel trabalha não é, então, absolutamente diferente daquela da lógica formal e da lógica transcendental. O que muda é a perspectiva e a profundidade da análise que orienta a investigação hegeliana. De fato, não se trata mais de enumerar um sistema de formas lógicas abstraída do nível normal da linguagem natural, com respeito às quais o foco é somente a consistência formal e a validade das argumentações. Nem se trata mais de examinar a forma na qual um sistema de categorias possa ser constitutivamente orientado para os objetos e como torne possível pensar esses mesmos objetos.

O que está em jogo é, de fato, a tentativa de mostrar como é possível delinear um sistema de formas lógicas que, na sua pureza, estejam realmente enraizadas na objetividade e constituam o fundamento dela. Trata-se, basicamente, de mostrar como uma lógica que no passado foi considerada apenas enquanto lógica artificial, isto é, um sistema de formas mortas, na sua verdade é, ao contrário, esse conjunto de dinâmicas sobre as quais se funda a vita-

⁵⁷ «A lógica, na medida em que é ciência da forma absoluta, esse formal, *para ser um verdadeiro*, deve ter em si mesmo um *conteúdo* que seja adequado a sua forma, e isso tanto mais porque o lógico formal deve ser a forma pura, portanto o verdadeiro lógico a pura verdade mesma» (*WdL III*, 27).

lidade da realidade objetiva em si mesma. A razão de ser da objetividade, a sua vitalidade e complexidade, pode ser trazida à luz na sua verdade somente por um pensamento que evidencia a estrutura interna das suas formas lógicas puras. Essa estrutura interna é aquilo sobre o qual essas formas se fundam em uma intrínseca unidade sistemática:

O conteúdo [...] não é outro senão uma base e uma concreção firmes dessas determinações abstratas; e costuma-se procurar uma tal essência substancial para elas fora delas. A própria razão lógica, porém, é o substancial ou o real, que mantém unidas em si todas as determinações abstratas e que é sua a unidade sólida, absolutamente concreta⁵⁸.

A razão lógica nada mais é que o processo de autodeterminação de um pensamento que deriva sistematicamente as suas formas umas das outras, investigando a natureza interna de cada uma delas. Este tipo de pensamento é aquele que, precisamente a partir do sistema de categorias da lógica formal e da lógica transcendental, e não independentemente delas, pode trazer à transparência conceitual a completa articulação interna das suas determinações, a fim de dar conta e trazer à luz as dinâmicas da realidade objetiva em toda a sua complexidade e problematicidade e, assim, na sua verdade mais profunda.

Portanto, a tarefa da lógica é, para Hegel, a articulação de uma nova rede conceitual que seja capaz de revolucionar o sistema de categorias lógicas que se encontram nos diferentes momentos da história do pensamento. Assim, a tarefa da lógica, por um lado, é muito simples, porque envolve uma reavaliação do material lógico da tradição; por outro, essa tarefa é extremamente ambiciosa, porque orientada para aprofundar a análise da rede em que se estrutura esse material lógico, para dar espaço à forma, à dinâmica e ao movimento da realidade que não têm lugar na lógica formal e transcendental. Isso não significa ter uma rede conceitual mais sofisticada a ser lançada sobre a realidade, para categorizá-la de forma mais eficaz. A tarefa que Hegel atribui à lógica, ao contrário, visa reconhecer, nessa rearticulação mais profunda e complexa das formas lógicas, aquilo em que se baseia a verdade das coisas em si mesmas:

⁵⁸ *WdL I*, 32. Por isso, Hegel critica a derivação kantiana das categorias do entendimento: «Aquele crítica, então, afastou as formas do pensar objetivo apenas da coisa, mas as deixou no sujeito tal como as encontrou. Através disso, não considerou essas formas em e para si mesmas segundo seu conteúdo peculiar, mas as assumiu diretamente segundo lemas da lógica subjetiva; de modo que [não] se tratou de uma derivação delas nelas mesmas nem de uma derivação das mesmas como formas subjetivas lógicas, e muito menos de uma consideração dialética das mesmas» (*WdL I*, 31).

a base mais profunda é a alma para si, o conceito puro, que é o mais íntimo dos objetos, simples pulso da vida tanto deles, quanto do próprio pensar subjetivo dos mesmos. Trazer à consciência essa natureza *lógica*, que anima o espírito, impulsiona e age nele, esta é a tarefa⁵⁹.

O sistema das categorias da lógica especulativa de Hegel não constitui, portanto, uma rede mais complexa à qual devemos reduzir a realidade objetiva, de uma forma menos abstrata do que acontece com a lógica formal e, depois, com a lógica transcendental. No pensamento objetivo não há nenhum processo de redução, porque não há separação entre o nível do pensamento e o da objetividade. A rede na qual o pensamento objetivo se determina é, de fato, a estrutura propriamente objetiva da forma na qual os objetos se determinam, da vida, do espírito, ou, mais simplesmente, da objetividade, na sua riqueza e complexidade.

Conclusões

Como tentei mostrar na análise da evolução da noção da lógica na filosofia clássica alemã, Hegel vai além da concepção wolffiana e kantiana da lógica. Ao mesmo tempo, no entanto, este superar implica também uma retomada dos objetivos teóricos dos seus antecessores, uma recuperação em que Hegel se põe em uma continuidade que o conduz a radicalizar a ideia de Wolff e Kant sobre o estatuto da lógica.

Por um lado, wolffianamente, Hegel reconduz a lógica à ontologia, na delineação da estrutura de um pensamento objetivo destinado a destacar a estrutura das coisas em si mesmas. No projeto hegeliano, as raízes da lógica na ontologia são sistematicamente demonstradas. Por outro lado, kantianamente, Hegel mostra como precisamente a objetividade das formas lógicas tem o seu espaço somente dentro do horizonte da subjetividade, ou seja, do pensamento conceitual dialeticamente compreendido, que é a única dimensão que pode dar voz e desenvolver a articulação das formas lógicas na sua universalidade e necessidade, bem como na sua complexidade e completude e, conseqüentemente, na sua verdade.

Hegel, com Wolff, reconduz a lógica a olhar para o conhecimento da verdade das coisas em si mesmas. Na busca desta verdade, Hegel não pode não considerar as raízes da lógica na ontologia. Com Kant, no entanto, Hegel mostra como a verdade que a lógica tem que trazer à luz não é simplesmente um dado imediato da realidade, porque precisa da mediação de uma subjetividade que expressa a dialética interna das determinações do pensamento.

⁵⁹ *WdL I*, 15.

O desenvolvimento interno da noção de lógica na filosofia clássica alemã, através das reflexões de Wolff, Kant e Hegel, mantém juntas, então, essas duas perspectivas, a saber, a da objetividade e a da subjetividade, que encontram a sua plena integração e realização na noção hegeliana de pensamento objetivo. Ao pôr-se, precisamente, como pensamento objetivo, a lógica hegeliana torna-se

a lógica que se determinou como a ciência do pensar puro, que tem como seu princípio o *saber puro*, a unidade não abstrata, mas concreta e viva, através do fato de que nela é sabida como superada a oposição da consciência entre um *ente que é* subjetivamente *por si*, e um segundo *ente* que é objetivo por si; o ser é sabido como conceito puro em si mesmo e o conceito puro é sabido como o ser verdadeiro⁶⁰.

O desenvolvimento interno ao conceito de lógica na filosofia clássica alemã liberta, em última instância, a noção de lógica da dimensão abstrata e formal à qual esta disciplina é tradicionalmente relegada, para trazê-la a se abrir para a realidade das coisas, da vida e dos homens. Somente uma redeterminação da lógica que se move no curso definido por Wolff, Kant e especialmente por Hegel, pode olhar para além dos limites de um pensamento que se foca apenas sobre a validade das argumentações, ou seja, sobre a condição negativa da verdade, e pode enfrentar a questão da verdade em si mesma, naquela concretude e complexidade que não são outras senão as da vida e do humano. Apenas uma lógica que volte o olhar para a dimensão da verdade será uma lógica que nos permitirá voltar a explorar as puras formas do pensamento capazes de dar conta do que é o mundo na sua estrutura intrínseca e do que nós mesmos somos na nossa natureza mais íntima.

⁶⁰ *WdL I*, 45.